

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA POLÍCIA MILITAR: O PERFIL ASPIRADO PELO ESTADO DE GOIÁS –GO

TRAINING OF THE MILITARY POLICE: THE PROFILE ASPIRATED BY THE STATE OF GOIÁS – GO

SOUZA, Leonardo Furtado e¹
BORGES, Marcelo Barbosa²

RESUMO

O presente estudo aborda o perfil almejado de formação da Polícia Militar (PM) no estado de Goiás – GO, e objetiva rever o aparato legal que embasa as características que moldam Curso de Formação de Praças (CFP). Estudo bibliográfico de natureza qualitativa. As fontes de dados elegidas são o Plano Estratégico da PMGO 2016-2022; o Regimento Interno do Planejamento e Execução do Ensino Profissional da PMGO; e o Projeto Pedagógico do CFP e Especialização em Polícia e Segurança Pública. A metodologia seguiu procedimentos de Análise Documental técnica de coleta de dados. Como resultados destacamos o planejamento dos CFPs e sua educação permanente prevista nos anos 2016-2020. No regimento educacional, temos a priorização da formação em nível intelectual crítico e reflexivo, com orientações inscritas em um modelo pós-moderno. No Plano Pedagógico é nitida a presença de conteúdo que estimula a atuação policial baseada em evidência científica, primando por seu desenvolvimento profissional, político e social. Concluímos que a formação atual no CFP da PMGO enfatiza uma atuação humanitária, qualificada cientificamente e na inteligência policial, gerando um perfil profissional mais crítico e reflexivo sobre ações inerentes a profissão.

Palavras-chave: Ensino Policial Militar; Curso de Formação de Praças; Perfil Profissional.

ABSTRACT

The present study addresses the desired profile of the Military Police (PM) in the State of Goiás - GO, and aims to review the legal apparatus that underlies the characteristics that shape the Formation of Squares (CFP). Bibliographic study of a qualitative nature. The chosen data source is the Strategic Plan of the PMGO 2016-2022; the Internal Regulation of the Planning and Execution of Professional Education of the PMGO; and the Pedagogical Project of the CFP and Specialization in Police and Public Security. The methodology followed procedures of Documentary Analysis technique of data collection. As a result we highlight the planning of the CFPs and their permanent education envisaged in the years 2016-2020. In the educational regiment, we have prioritized training at a critical and reflexive intellectual level, with guidelines inscribed in a postmodern model. In the Pedagogical Plan, the presence of content that stimulates police action based on scientific evidence is emphasized, emphasizing its professional, political and social development. We conclude that the current training in PMGO of the PMGO emphasizes a humanitarian action, qualified scientifically and in the police intelligence, generating a more critical and reflective professional profile about actions inherent to the profession.

Keywords: Teaching Military Police; Training Course of squares; Professional Profile.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. E-mail: leonardofutasouza@yahoo.com.br

² Professor Especialista em Docência Universitária do PPG em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. Tenente da PM GO. E-mail: marcelob.borges1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre o perfil de formação almejado pela Polícia Militar (PM) no estado de Goiás – GO, e possui como objetivo rever o aparato legal que embasa as diferentes características que moldam Curso de Formação de Praças (CFP), que se instauram desde a missão do curso aos objetivos e aspectos pedagógicos empregados.

Este estudo apresenta-se no formato bibliográfico e de natureza qualitativa. Como fonte de dados foram elegidos os materiais bibliográficos disponíveis no acervo virtual da Biblioteca Digital de Segurança Pública de Goiás, pelo endereço eletrônico <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/>. Empregando os procedimentos de Análise Documental, aqui assumidos como forma de coleta e de análise dos dados conforme expõe os autores Moreira (2009) e Cellard (2012), foram selecionados como material de consulta: o Plano Estratégico da PM de Goiás 2016-2022; o Regimento Interno do Planejamento e Execução do Ensino Profissional da PM de Goiás; e o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças e Especialização em Polícia e Segurança Pública;

Refletindo sobre como a contemporaneidade tem modificado o papel da polícia, e contudo, modificado também seu processo de recrutamento e formação, estudos que marcam reflexiva e analiticamente essas modificações, acentuando os possíveis avanços/retrocessos, são de suma importância para o meio científico acadêmico uma vez que podem orientar novas práticas e (re)conduzir à novas metodologias no panorama da formação policial.

A constituição do estado de Goiás apresenta em seu Art. 124 a PM como uma “instituição permanente, organizada com base na disciplina e na hierarquia” atribuindo-lhe como funções primordiais atividades de cunho referente ao policiamento ostensivo; preservação da ordem pública; orientação da guarda municipal; manutenção de poder de polícia nos poderes e órgãos do estado; bem como o zelo e a guarda de nascentes e mananciais por meio de suas unidades florestais; e das vias e rodovias de trânsito por meio das unidades rodoviárias. (GOIÁS, 1989.)

Nessa perspectiva, é percebido uma enorme gama de saberes – que não envolvem apenas conhecimentos cognitivos – mas também, habilidades e atitudes exigidas do servidor público de segurança no Estado. Esse rol de atribuições definem as competências exigidas, bem como os critérios de desempenhos aspirados pelas escolas de formação da polícia no contexto da formação, e definem por meio do perfil de seus egressos, a qualidade da segurança pública ofertada pelo estado.

Desta maneira, faz-se importante explicitar uma revisão de legislações; publicações acadêmicas relacionadas ao tema; e uma análise crítica do Projeto Pedagógico do Curso, que

constituirão o corpus do presente artigo. Sendo assim, o texto apresenta-se em três partes principais, entre as quais realizamos um link entre a história da PM do estado de Goiás e as legislações pertinentes para compreensão das atuais formas de recrutamento e seleção de novos servidores; em seguida levantamos os deveres do servidor de segurança pública e os relacionamos aos quesitos disponibilizados pelo curso de formação de praças; em seguida é apresentada uma discussão teórica sobre os achados baseados em estudos já publicados em revistas e portais acadêmicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS SOBRE A FORMAÇÃO DE PRAÇAS.

O policiamento militar no Estado de Goiás tem seu início histórico por volta do ano de 1736, quando o chamado regimento de dragões vindos do Estado de Minas Gerais, cujos integrantes eram vistos na época como soldados “fisicamente perfeitos, inteligentes, educados, honestos e muito bem recompensados pelo Governo.” (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017a, p. 10).

No ano de 1770 este regimento de dragões vieram a ser substituídos pelo então Regimentos Regulares de Cavalaria Auxiliar, que logo após a chegada da família real se caracterizaram como os primórdios do Exército Brasileiro no ano de 1808. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017a).

Em 1858 decretou-se a criação da força policial de Goyaz por meio da resolução nº13, de 28 de julho. Com isso, vários civis foram contratados para o policiamento local. Naquela época não existiam qualquer instrução ou capacitação formalizada, os então servidores eram conhecidos como os “bate-paus” pois “utilizam como arma apenas um pedaço roliço de madeira (tipo cassetete) que representava o poder da justiça”. Ainda não possuindo fardamento ou armas privativas, as formas de seleção eram realizadas por demonstrações de coragem, e por vezes, por critérios criados pelos próprios delegados, quando se “destacavam por qualidades de força, coragem e destreza”. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 1999, p. 37-38)

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, desencadeia uma nova fase política no país, e os estados passam a gozar de maior autonomia, e com isso as polícias tiveram que seguir os moldes da nova constituição. Em meio aos rebuliços históricos e econômicos da

época vigente, um dos maiores problemas enfrentados pela corporação era a oscilação de contingente no efetivo da polícia de Goiaz. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 1999)

Assim, com o passar do tempo, as primeiras décadas do século XX foram primordiais para a consolidação da polícia devido ao aumento territorial do estado e ao forte desenvolvimento econômico e agrícola. Com a necessidade de expansão, a consequente necessidade de formação foi *míster* para os servidores da polícia. Desta forma, a atuação de uma civil voluntária mudou o perfil instrucional da polícia de Goiaz.

A “Escola Regimental criada em 1924, destinada à alfabetização da tropa, ganhou um reforço de altíssimo nível na pessoa da professora Goiandira Ayres do Couto”, que, atendendo ao apelo da Cruzada Nacional de Educação e ao espaço aberto pela Polícia Militar, implantou em 1936, como voluntária e sem ônus, na sede do Quartel da Polícia Militar de Goiaz, uma sala de aula, para alfabetização. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 1999, p. 70)

Segundo Souza (2003, p. 59) por volta de 1940 que houve em Goiás “o primeiro regular curso de formação de soldados, com a escola de Formação de Praças pelo Departamento de Instrução”. Este mesmo departamento, liderado pelo Major Cícero Bueno Brandão, oficializou a formação de soldados, cabos e sargentos, e somente doze anos após sua consolidação, passou a formar oficiais e se tornar uma escola reconhecida em âmbito nacional.

Atualmente, a polícia exige muito mais que a alfabetização em seus sistema de recrutamento e seleção. O ingresso é permitido para ambos os sexos, com exigência de escolaridade em nível superior, incluindo aptidão física e psicológica – regulamentados pela lei nº 19.587 de 10 de janeiro de 2017; e resolução CFP N.º 002/2016 – respectivamente.

A formação de praças tem sido realizada em nível de pós-graduação, exigindo do soldado aluno uma enorme dedicação nos quesitos de estudos teóricos e práticos. A escola EAD – ENSINO À DISTÂNCIA da Polícia Militar do Estado de Goiás se mostra como uma modalidade moderna de ensino que exige dos alunos enorme dedicação e responsabilidade para com os prazos previstos, para discussões em salas de foruns, atividades complementares e avaliações *online*. O EAD PM é requisito fundamental para continuação do Curso de Formação, ao passo que a reprovação ou perda de prazo em qualquer atividade prevista pode acarretar na exclusão do aluno soldado do restante do CFP.

Durante o concurso, que produz ao aluno soldado o direito de se matricular no CFP, são exigidas certas características inerentes à profissão militar de cunho intelectual, psicológico e físico. Desta forma, sabemos que é necessário um conjunto de características já pré-existentes (durante o concurso), características estas que serão aperfeiçoadas e moldadas nos ditames da hierarquia e disciplina, tudo em busca da excelência no exercício da atividade policial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA MILITAR 2016-2020.

A formação de Praças para a corporação da Polícia Militar é um tópico de suma importância sendo considerado estratégico nos planos de providências na gestão da segurança pública no estado. Este ícone, consta entre as ações prioritárias estabelecidas no Plano Estratégico da Polícia Militar 2016-2022.

Publicado por meio da Portaria nº 7.899/PM, tal plano elenca uma série de objetivos formulados, buscando qualificar e ampliar o atendimento ao cidadão, utilizando ferramentas de gestão para “descrever e redesenhar processos de desenvolvimento, medindo e avaliando seus resultados”. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2016, p. 16)

Elencado como um fator crítico de sucesso a ser alcançado pelo referido plano, o tópico intitulado “efetivo adequado, estrategicamente distribuído, capacitado, equipado e motivado” proporciona uma visualização dimensional da importância que os cursos de formação de praças representam na manutenção do contingente policial no estado. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2016, p. 18)

O plano estratégico traz como primeira meta em suas descrições “realizar a adequação do efetivo”, assim percebemos que a corporação militar do estado em conjunto à outros órgãos e setores parceiros, estabelecem um panorama que visa equilibrar o contingente de entrada (ingresso) e saída (aposentadoria) de PMs no estado.

Entre as metas voltadas ao ensino e preparo da corporação destacamos o tópico “aperfeiçoar a qualificação profissional” que realça as necessidades de elaboração; revisão; e implementação de projetos para os cursos de formação; aperfeiçoamento; e habilitação de Oficiais; Sargentos; Cabos; e Praças. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2016, p. 39)

Outra meta em destaque, refere-se ao “Aperfeiçoamento e a Especialização Profissional” que destaca o ensino em nível de pós-graduação, demonstrando a preocupação com a continuidade do investimento profissional, a educação permanente e continuada ao longo da carreira dos servidores da polícia. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2016, p. 41)

Souza (2003, p. 59) traz que “a meta prioritária da APM/GO, além da formação inicial, é a especialização e o aperfeiçoamento de oficiais e praças, por meio da educação continuada”. Isso demonstra como a ideia da permanência educacional tem motivado e feito parte das ações gerenciais e administrativas no quesito de planejamento para o futuro da corporação militar no estado.

3.2 ANÁLISE DO REGIMENTO INTERNO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL DA PM DE GOIÁS

O Regimento Interno das atividades de ensino desenvolvidas no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) rege sobre a normativas referentes à formulação de todos os cursos disponibilizados por essa unidade no estado de Goiás.

Especificamente em seu capítulo II, artigo 10, paragrafo 1º aponta as modalidades de ensino existentes no âmbito do CAPM, sendo a formação de praças definida como

Formação: destinada a inclusão de Oficiais (Curso de Formação de Oficiais) e de Praças (Curso de Formação de Praças) na corporação, promovendo a sua habilitação técnica, humana e conceitual para o exercício consciente, responsável e criativo das funções de execução, gestão e assessoramento nos limites de suas atribuições hierárquicas, dotando-o de capacidade de análise de questões atuais que envolvam as atividades de polícia ostensiva, de preservação da ordem pública, além de outras definidas em lei, com ênfase para o respeito aos Direitos Humanos e no Uso Seletivo da Força. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017b, p. 8)

A educação policial é entendida como um processo de construção de “conhecimentos gerais e/ou específicos relacionados com a Polícia o qual conduz à obtenção de um grau. Tipicamente, os programas educacionais de polícia podem durar anos”. (SANTOS, 2014, p. 24)

Guiado pela noção da aprendizagem por competências, o regimento do setor de ensino institui esse conceito para a formulação de todos dos cursos ofertados, incluindo o de formação de praças. Traz o conceito de competência definido como “a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual”. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017b, p. 5)

Neste aspecto de orientação pedagógica, destacamos o avanço do ensino no CFP ao considerar na atualidade a exigência de nível superior no sistema de seleção, justificando em certos aspectos a aprendizagem significativa por meio da mobilização de saberes prévios e o estímulo à uma pedagogia baseada na autonomia e na criticidade do soldado aluno.

No Brasil, Santos (2014, p. 18) revela uma crescente mudança no quadro da formação nos cursos de formação de policiais militares, contanto com a necessidade do Ensino Superior para entrar nos níveis iniciais da carreira de praça.

Neste sentido, as orientações para a formação de praças seguem as diretrizes que englobam princípios norteadores, entre os quais destacamos – 1) “Adoção coerente de métodos,

técnicas e meios auxiliares de ensino; 2) Incentivo à pesquisa e extensão”; Esses tópicos demonstram que o CFP tem obtido uma nova conotação frente à real necessidade do PM, visto que durante seu desenvolvimento são incentivados diferentes métodos de ensino, bem como a inserção de metodologias de pesquisa e extensão. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017b, p. 10)

Entre as metodologias de ensino estimuladas nas diretrizes do regimento interno do setor de ensino da PM, podemos citar a aplicação de “Aulas Práticas; Exposição Oral; Conferência; Debate; Demonstração; Estudo Dirigido; Discussão Dirigida; Estudo de Caso; Painel; Palestra; Resolução de Problemas; Simulação; Visitas de Estudo; Exercício de Aplicação”. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017b, p. 11-12)

Em Goiás, a iniciativa de formação técnica para o ensino de oficiais e sargentos, foi implantada no ano de 1987 configurando-se como o primeiro curso de especialização da APM/GO. A partir desse primeiro movimento, o estado “passou a preparar instrutores para lidarem com as questões didático-pedagógicas na instituição militar”. (SOUZA, 2003, p. 59)

Os anos 90, segundo SANTOS (2014, p. 18) foi o ápice das inovações “curriculares, de processos de ensino-aprendizagem, de metodologias didáticas e de integração institucional”. Essas novidades passaram a se inserir aos poucos na realidade do ensino policial” basicamente estimuladas por convenios com universidades do Brasil inteiro, iniciando assim, as primeiras mudanças paradigmáticas sobre o ensino militar “indicando uma discussão sobre currículos, conteúdos e concepções do ofício de policial”.

Sendo assim, as metodologias descritas no projeto pedagógico do CFP do estado de Goiás demonstram como o ensino dentro da hierarquia militar está sendo modificado, trazendo diferentes perspectivas no cenário educativo; tanto na relação professor-aluno quanto na valorização de saberes prévios. Tais metodologias tem ganhado destaque no mundo pedagógico por oportunizarem aos alunos, seu desenvolvimento não só cognitivo, mas também um crescimento pessoal como indivíduo dotado de senso crítico e ética.

Já a inserção da pesquisa e extensão no quadro do CFP aprimora a visão das práticas policiais, incentivando uma postura profissional baseada em evidências científicas, agregando maior seriedade e valor aos futuros profissionais dentro da sociedade com a qual interage e participa cotidianamente.

Essa relação direta e contínua entre a corporação e a sociedade necessita ser fortalecida e aprimorada sempre, e a prática da extensão nesse cenário traduz-se em uma ótima oportunidade de ‘fortalecimento de laços’, principalmente no papel social que é atribuído à polícia junto a população em geral, principalmente à infanto-juvenil.

Os estudos científicos e os projetos de extensão desenvolvidos com e para a comunidade, aumentam a credibilidade da atuação da polícia nos diferentes cenários sociais, embasando sua prática com fundamentações científicas e certificando os ganhos sociais para a população geral, acadêmica e científica no setor da segurança pública no estado de Goiás.

Entre suas orientações sobre a condução, administração e avaliação do ensino dos cursos ministrados, incluindo o CFP, o regimento traz que o aluno necessita ser o protagonista no cenário ensino-aprendizagem, competindo ao docente nesse sentido a função de facilitador da aprendizagem, e o processo avaliativo como sendo uma ferramenta de expressão da aprendizagem e do rendimento do ensino, expressando-se pelos formatos e instrumentos: 1) Verificação escrita; 2) Verificação oral; 3) Verificação prática ou de execução. O aluno para ser considerado apto necessita obter “nota igual ou superior a 5,0 (cinco), em escala de notas de 0 (zero) a 10 (dez) e frequência mínima ou superior à necessária, em cada disciplina do curso. Exceto a disciplina de uso seletivo da força, em que a nota mínima será 7,0 (sete).” (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017b, p. 22-25).

Mesmo que o currículo inspirado pela noção de competência traduza um avanço no cenário pedagógico da formação de praças, o modelo avaliativo quantitativo estabelece parte de retrocesso perante as proposições da educação baseada em competências. Entretanto, tal conduta avaliativa é totalmente compreensível se vislumbrada em cenário de transição onde as mudanças ocorrem nos microespaços.

3.3 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS E ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

O projeto que constitui a Matriz Curricular do CFP foi idealizado por meio de um levantamento pedagógico realizado com turmas passadas, produzindo assim, um diagnóstico situacional pelo qual foi possível realizar reflexões e interconexões como o atual perfil profissiográfico policial militar da PMGO.

Essa base analítica inicial busca fomentar orientações e garantir que as decisões tomadas no âmbito da formação do policial militar em Goiás sejam conduzidas em consonâncias às políticas públicas e às metas traçadas nos planos estratégicos da PM a nível estadual. Busca também, garantir “melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, bem como do desempenho profissional e institucional, socializando o produto de discussões, pesquisas e recomendações além de apoiar a prática docente.” (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017c, p. 4)

Constituída por orientações que visam direcionar a formação de praças que convergem entre eixos e temáticas articuladas, voltados essencialmente para o desenvolvimento de competências gerais e específicas necessárias ao servidor da praça policial durante sua atuação profissional.

Para Souza (2003, p. 52) “a finalidade essencial do currículo das escolas de ensino é preparar o policial militar para promover a segurança do cidadão, nas mais variadas circunstâncias que se apresentem”. Sendo na atualidade os problemas sociais enfrentados nos quesitos de segurança pública configurados como multifatoriais, multidimensionais e complexos.

O CFP define princípios norteadores que fundamentam a concepção da formação do praça policial militar, basicamente se definem em: a) compreensão e valorização das diferenças; b) formação e qualificação profissional continuada; c) flexibilidade, diversificação e transformação; d) interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes; e) valorização do conhecimento anterior; f) valorização do conhecimento da realidade; g) universalidade; h) articulação, continuidade e regularidade; i) qualidade e atualização permanente. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017c, p. 5)

A descrição detalhada de tais princípios só demonstram uma inscrição teórica amparada em uma perspectiva educacional confluyente com ideais pós-modernos pautados em uma visão paradigmática complexa e multidimensional. E a descrição das disciplinas a serem cursadas, justificadas pelas articulações entre eixos e temáticas, reforçam essa perspectiva educacional inovadora.

A interpretação sobre a corrente orientadora do currículo pode ser entendida na perspectiva de Silva (2014, p. 133) por tres tipos de teorizações: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

Na vertente teórica tradicional, em linhas gerais, o argumento fundamental é o de que determinados conteúdos precisam ser transmitidos para a manutenção do ordenamento social. A vertente crítica apostaria mais no aspecto transformador do conhecimento, apontando dimensões ideológicas, reprodutoras da desigualdade social, da exploração entre as classes sociais que vêm, historicamente, configurando a educação. Em uma vertente pós-crítica (também denominada por alguns autores de pós-moderna e/ou pós-estruturalista), discutem-se relações de poder de uma forma ampliada, incluindo aspectos da dominação referentes à raça, à identidade, à etnia, ao gênero e à sexualidade. (SILVA, 2014, p. 133)

Sendo assim, podemos dizer que o ensino desenvolvido no CFP da PMGO se produz em um movimento de inovação de ideias pós-modernos, uma vez que “os eixos articuladores

definidos envolvem as problemáticas sociais atuais e urgentes, enfrentadas pelos Praças Policiais Militares”, e se subdividem em: 1) Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública; 2) Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública; 3) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; 4) Diversidade, Conflitos e Segurança Pública. “Estes eixos ensejam uma concepção dinâmica do trabalho em Segurança Pública a partir do questionamento das posições assumidas por estes profissionais nos diferentes papéis que desempenham na sociedade” (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017c, p. 8)

“As áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do Praça Policial Militar além de capacitá-lo para o exercício de sua função.” Para tanto, “foram adotadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos que formam a matriz curricular do CFP. Essas oito áreas temáticas se definem em: 1) sistemas, instituições e gestão integrada em Segurança Pública; 2) violências, crime e controle social; 3) cultura e conhecimento jurídico; 4) modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos; 5) valorização profissional e saúde do trabalhador; 6) comunicação, informação e tecnologias em Segurança Pública; 7) cotidiano e prática policial reflexiva; 8) funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública. (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017c, p. 10-11)

Silva (2014, p. 133) ressalta que nos programas de ensino necessita “constar a relação de conteúdos correspondentes a cada disciplina do plano de estudos”. E para cada um “são indicados os objetivos, rendimentos, competências desejadas e atividades sugeridas, a saber, instruções didático-metodológicas para melhor desenvolvimento do programa”.

O maior desafio em termos de formação do praça militar é o “desenvolvimento de um perfil profissional individual e coletivo, composto por múltiplas habilidades, tais como: capacidade de rápida adaptação a novas situações (que podem ocorrer por diversas vezes ao longo de um mesmo dia de trabalho), auto-controle, bom senso, raciocínio rápido, cortesia, conhecimentos gerais e específicos e a necessária energia no enfrentamento de ocorrência (SOUZA, 2003, p. 52)

A especialização em Polícia e Segurança Pública dentro do CFP visa uma abordagem curricular completa, que aborde as necessidades primordiais nos quesitos de eficiência e efetividade da atuação do profissional de segurança pública, sendo assim abrange

“políticas sociais e projetos sociais preventivos, protagonizados pela articulação de diferentes forças sociais: administrações públicas, associações, terceiro setor, escolas, etc., aliadas à idéia de que a implantação do currículo abranja uma organização pautada em eixos e áreas de aprendizagem, reunindo disciplinas afins que interagem e

dependem umas das outras, consolidando uma prática pedagógica com visão global e interdisciplinar, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento/aquisição de competências.” (POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, 2017c, p. 10-11)

A estrutura da especialização se baseia em níveis de competência que devem proporcionar a mobilização dos saberes para agir nas diferentes situações da prática profissional. A intenção principal da pós-graduação em nível lato-sensu é começar a desenvolver o interesse pela pesquisa entre os policiais militares.

Segundo Souza (2003, p. 60) a Gerência de Ensino Policial Militar no estado de Goiás desenvolve diversos cursos de especialização, em sua maioria, voltados para questões que envolvem políticas de atenção social, assim, notamos ocorrer de forma escalonada “uma sensível mudança na formação do policial, que vai se distanciando do objetivo de formar para a guerra contra o inimigo externo” e formar um profissional que atenderá de forma estratégica, crítica e reflexiva, as necessidades da comunidade e sociedade.

4 CONCLUSÕES

O presente estudo demonstrou que o Processo da Formação da Polícia Militar Goiana está inserida em uma rede complexa que envolve aspectos de Gestão; Planejamento; Políticas; Infra-estrutura; Orientação teórica e filosófica; e Apoio da Corporação e da Sociedade.

O desenvolvimento histórico analisado referente ao CFP da PMGO demonstrou que sua consolidação foi progressiva e acompanhou diversos movimentos educacionais que estruturaram – e ainda estruturam – as inovações nos cenários do ensino policial.

Perceber essas linhas de mudança nos auxilia a identificar os avanços caracterizados no cenário investigado. Significa observar o avanço tecnológico incorporado na segurança e também perceber a efetivação de uma política pública que tem se voltado às pessoas, ou seja, no aumento de efetivo, na formação que com ênfase humanitária, na qualificação em métodos científicos e na inteligência estratégica policial, com a inserção da pesquisa e extensão nos regimentos de ensino e currículos, ele perfil de um profissional mais crítico e reflexivo sobre suas ações tem predominado nas novas exigências do padrão de formação militar na PMGO.

Observamos que há um processo de transição pelo qual a educação e a construção de uma nova profissão de policial vem surgindo à tona, com toda a complexidade e responsabilidade decorrentes de suas atribuições para com a sociedade.

Percebemos que até mesmo as estruturas hierárquicas estabelecidas dentro do sistema de ensino, tem sofrido modificações ao preconizar o aluno com papel central no processo de ensino-aprendizagem, o que demonstra toda influência de referenciais construtivistas e pós-modernos nas orientações da formação pedagógica do CFP.

Por último, ressaltamos a importância da continuidade de estudos desse cunho, sugerindo para pesquisas futuras e imersão em campo com a finalidade de constatação sobre as reais formas em que os preceitos estabelecidos nos regimentos internos educacionais e os cursos de CFP são idealizados em uma realidade concreta, sendo nesse sentido, análise estritamente teórica desse processo uma limitação encontrada na produção e na formulação desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 002/2016. Regulamenta A Avaliação Psicológica em Concurso Público e Processos Seletivos de Natureza Pública e Privada e Revoga a Resolução CFP N.º 001/2002. Brasília, 21 De Janeiro De 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-002-2016.pdf>. Acesso em 25/02/2018.

GOIÁS. Constituição (1989). Goiânia: Gráfica da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1994. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm. Acesso em 25/02/2018.

GOIÁS. Portaria N.º 23/2008-PM/1. Define conceitos, missões e atribuições da PMGO, bem como o Perfil Profissiográfico do CFO e CFP. Goiânia, 31 de Março de 2008 – Boletim Eletrônico N.º. 60/2008. Disponível em <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/416/2/Perfil%20Profissiogr%C3%A1fico%20-%20Aula%202.pdf>. Acesso em 25/02/2018.

GOIÁS. Lei n.º 19.587. Estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual. Diário Oficial [do Governo de Goiás] , Goiânia, GO, 10 de Jan. 2017. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2017/lei_19587.htm. Acesso em 25/02/2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO GOIÁS. Material Didático da disciplina HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA PMGO. Curso de formação Praças – Iporá- GO, 2017a. 69 pages.

Disponível em:

<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/402/4/Material%20Did%C3%A1tico%20-%20Hist%C3%B3ria%20e%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20PMGO.pdf>.

Acesso em 25/02/2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO GOIÁS. O Anhaguera. Diretoria de ensino e instrução. Ano 1, nº 1. Jan 1999. Goiânia: 1999.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Planejamento Estratégico da Polícia Militar: 2016 a 2022 Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiânia, 2016.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Instrução de Serviço nº 003/2018 SEI. Aprova o IS-3-PM: Regimento Interno do Planejamento e Execução do Ensino Profissional da PM de Goiás. Goiânia. 2017b. Disponível em:

<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/405/3/Regimento%20Interno%20de%20Ensino%20-%20REPMGO%202018.pdf>. Acesso em: 04/05/2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Matriz Curricular do Curso de Formação de Praças - CFP PMGO. Goiânia. 2017c. Disponível em:

<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/314/1/Matriz%20Curricular%20do%20Curso%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pra%C3%A7as%20-%20CFP%20PMGO.pdf> . Acesso em: 04/05/2018.

MOREIRA SV. Análise documental como método e como técnica. In: Duarte J, Barros A, organizadores. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas; 2009. p. 269-79.

CELLARD A. Análise documental. In: Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Laperrière A, Mayer R, Pires À. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2012. p. 295-316.

SANTOS, JVT. Dilemas do ensino policial: das heranças às pistas inovadoras. **Revista Segurança, Justiça e Cidadania**: Educação Policial. Ministério da Justiça. – Ano 4, n. 7, p: 11-30. (2014). - Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SILVA, RA. Apontamentos de uma experiência de ensino policial. **Revista Segurança, Justiça e Cidadania: Educação Policial**. Ministério da Justiça. – Ano 4, n. 7, p: 131-148. (2014). - Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SOUZA, BD de. O ensino policial e a formação de oficiais na academia de polícia militar do estado de Goiás. Goiania – GO: Universidade Católica de Goiás. 2003. (dissertação de Mestrado). PUC-GO. Mestrado em Educação. 236p.